



Fotos Alencar Monteiro — Telefotos Estado

Pela primeira vez, a Câmara vota pelo sistema eletrônico, introduzido para evitar o voto duplo dos “pianistas”

Deputado investiga jornalistas

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O deputado José Menonça de Moraes (PMDB-MG) encaminhou à mesa da Câmara requerimento de informações para saber “quais os jornalistas contratados para trabalhar na Câmara dos Deputados”, seus salários, e outras “vantagens”, até mesmo se utilizam apartamentos “funcionais”. Quer saber também se seus parentes ou afins trabalham na Casa, qual o horário de trabalho dos jornalistas, onde assinam o “ponto”, se há acúmulo de funções públicas e a que jornais ou órgãos de divulgação estão ligados.

Pergunta também quais são os que trabalham na Radiobrás, na Empresa Brasileira de Notícias e nas “representações dos Estados, em Brasília”.

O deputado não justificou o requerimento, mas pouco antes havia feito discurso, no Congresso, condenado a “campanha” da imprensa contra o Poder Legislativo e criticando os jornalistas em geral.

“ACORDO”

Nesse discurso José Mendonça de Moraes denunciou a existência de um acordo entre dirigentes de órgãos públicos, sobretudo empresas estatais e paraestatal e os donos das empresas

de comunicação, visando à demoralização dos atuais integrantes do Congresso Nacional. Segundo afirmou, esses dirigentes de órgãos públicos estariam negociando com os donos de rádios, jornais e televisões suas verbas de publicidade em troca de uma campanha contra os deputados e senadores.

Aplaudido por cerca de 60 deputados e sete senadores que estavam no plenário, José Mendonça de Moraes disse que o objetivo dessa campanha de desmoralização do Congresso é permitir que “os atuais dirigentes do poder público venham a tomar os nossos

lugares aqui nesta Casa, na Assembleia Nacional Constituinte”.

O deputado anunciou também que vai apresentar um projeto visando saber se as empresas de comunicação pagam Imposto de Renda sobre os contratos de publicidade que assinam, bem como o destino que é dado às verbas oriundas desses contratos. Sem citar nomes de empresas de comunicação ou de seus dirigentes, o parlamentar mineiro observou que a campanha atinge não apenas os parlamentares, mas também os funcionários e citou, como exemplo, o contracheque de um funcionário da Câmara, publicado terça-feira por O Estado.